

ACTA DA REUNIÃO DO COMITÉ DE PILOTAGEM

PROJECTO ESTADO DE DIREITO E JUSTICA

As quinze horas do dia vinte e sete de Agosto de dois mil e dezasseis, realizou-se na sala de reuniões do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) a reunião de Comité de Pilotagem do projecto de Estado de Direito e Justiça. Presidida pelo Sr. Gabriel Dava, Director de programas do PNUD, contou com a presença dos Senhores Juliano Fernandes (GICJU), Victorino Indequê (LGDH), Julinho Braz da Silva (Ministério da Justiça), José Biague Badó (Procuradoria Geral da Republica), Fernando Jorge Ribeiro (CENFOJ), Abrão Gomes (PNUD), Kanil Lopes (PNUD), Malam Jassi (PNUD) e teve como agenda do dia os seguintes pontos:

- a) Informações gerais;
- b) A nova programação para o horizonte 2016/2017;
- c) Sustentabilidade do projecto;
- d) Diversos.

Dando início aos trabalhos, o **Sr. Gabriel Dava (PNUD)** começou por dar as boas-vindas e agradecer a presença dos participantes. Realçou a importância das reuniões de comité de pilotagem, não só, como um dos aspetos obrigatórios na gestão do projecto, mas também, um espaço privilegiado de partilha de informações, análise da implementação do projecto e esclarecimento de dúvidas etc. E por fim encorajou aos participantes no sentido do cumprimento rigoroso desde especto da gestão do projecto.

Em seguida convidou ao **Sr. Kanil Lopes (PNUD)** a fazer a apresentação sobre estado atual e as perspetivas do projecto para os próximos dois anos.

Sr. Kanil Lopes (PNUD) apresentou as execuções orçamentais do projecto a partir do ano de 2011 até ao presente, tendo notado que o ano de 2012 é aquele em que foi gasto menos verba devido ao golpe de estado ocorrido nesse ano e que obrigou ao cancelamento de algum financiamento, concretamente os fundos PBF no valor de 1.6 milhões de dólares. Referiu ainda as fontes de financiamento desde o início do projecto, tendo salientado que os fundos do INL recebidos num montante de 780.000 USD são fundos partilhados com o UNODC, tendo sido o PNUD mero recipiente desses fundos. Tal significa que os fundos do PNUD são no valor de 247.000 USD, tendo a outra parte sido transferida para o UNODC.

No capítulo dos resultados apontou as seguintes realizações a título meramente exemplificativo:

- a) 5 Centros de Acesso a justiça;
- b) Mais de 8000 Pessoas atendidas;
- c) Instalação do Centro Nacional de Formação Judicial;
- d) 2 Cursos de ingresso na carreira de magistratura judicial;
- e) Vários cursos de atualização a magistrados e outros operadores judiciários;
- f) 2 Tribunais (embora não sendo a vocação do PNUD, concluiu que era pertinente)
- g) Apoio a uma publicação sobre o Direito Consuetudinário.

Em relação ao novo ciclo 2017/2018, informou que será norteador pelo Programa de Reforma e Modernização do Sector da Justiça. Ainda neste capítulo, confirmou o financiamento de 687.850 Dólares provenientes do PBF para a instalação do sistema de informação do sector de justiça, que permitirá a recolha e tratamento de dados

sobre o desempenho do sector. O referido fundo servirá também para a construção do Centro de Acesso à Justiça de Gabú.

Este novo ciclo também será marcado por uma relação de parceria mais estreita com a ONU Mulher, Unicef, UNODC, no quadro da iniciativa do PNUD e o Departamento para as Operações de Manutenção da Paz (DPKO na sigla inglesa), o Ponto Focal Global para as áreas do Estado de Direito, Justiça, Prisões e Polícia.

Para o novo ciclo perspectivou o alargamento do CAJ a Buba e Gabú, a construção do novo tribunal de Bubaque, assim como, a formação deslocalizada descentralizada aos diferentes intervenientes do sistema judicial.

No último capítulo da sua apresentação enumerou alguns desafios que se colocam ao projecto neste momento, tais como:

- a) A sustentabilidade;
- b) Apropriação;
- c) Autonomia do CENFOJ.

Ao comentar estes aspetos frisou a importância de se começar a refletir sobre os mecanismos de sustentabilidade das ações do projecto e deu alguns exemplos como, a assunção de uma parte dos salários ou despesas de funcionamento de modo a mostrar o compromisso, envolvimento e a apropriação do Estado.

Para finalizar, convidou aos participantes a exporem os seus comentários e sugestões em relação aos aspetos abordados durante a apresentação.

Na sua intervenção o **Sr. Gabriel Dava (PNUD)** referiu que é a altura de se fazer uma avaliação profunda do projecto, de modo a redefinir os objetivos e resultados com base nas lições aprendidas e os recursos disponíveis e exprimiu a sua preocupação em relação a capacidade de absorção dos recursos que serão postos a disposição pelo BAD para a capacitação institucional.

Manifestou a intenção do PNUD de contribuir na área da infraestruturas e equipamentos. Embora não sendo a sua vocação natural.

Solicitou o apoio dos presentes, enquanto representantes das instituições envolvidas no processo, para a remoção de alguns obstáculos que impedem a implementação do projecto de sistema de informação do sector de justiça.

Esclareceu que a iniciativa "Global Focal Point" baseia-se na ideia de reforçar a interação entre os diferentes parceiros que intervêm na área da justiça, polícia e prisão e facilitar o diálogo entre estes e a parte nacional.

Sr. José Biaquê Badó (PGR) Manifestou-se preocupado com o avançado estado de degradação dos tribunais da região do Sul e no entanto não consta na perspectiva do projecto a construção de um tribunal naquela região, ao contrário do sector Bubaque, que por falta de número suficiente de utentes o tribunal sectorial foi extinto.

Sugeriu ainda a recuperação da penitenciária de Catió como forma de suprir a falta de prisões na zona sul do país deste aspecto do projecto e a gestão da mesma .

Por último, informou aos participantes sobre a existência de um serviço de tratamento de dados judiciais ao nível da Procuradoria-geral da República e que neste momento já foi possível compilar um conjunto significativo de informações relevantes sobre o funcionamento do ministério público.

Sr. Juliano Fernandes (GICJU) Sugeriu a criação de mecanismos que permitam a recolha de dados estatísticos que possam refletir o melhor possível a intervenção dos CAJ's, uma vez que os dados disponíveis só tiveram em conta os processos individuais organizados e deixa de fora ações de sensibilização em parceria com a LGDH nas comunidades que chegavam a atingir algumas centenas de pessoas.

Prosseguindo a sua intervenção, abordou o fim da parceria com a LGDH que no seu entender afetou negativamente o alcance da intervenção dos CAJ's e propõe como forma de suprir esta lacuna, uma parceria com algumas ONG's locais para as ações de sensibilização e recolha de situações de violações que possam suscitar a intervenção dos CAJ's.

Mostrou-se preocupado com a percentagem de mulheres (22%) atingidas com a intervenção do projecto e sugeriu a criação de mecanismos que possam potenciar as ações junto deste público-alvo prioritário.

Propôs a integração dos CAJ's nos novos tribunais a serem construídos, como forma de garantir a sua sustentabilidade.

Por fim, pediu que sejam contempladas verbas no fundo a ser disponibilizado pelo BAD para a formação e o intercâmbio com congéneres de outros países.

Sr. Fernando Jorge (CENFOJ) Solicitou a construção de novas instalações para o Centro Nacional de Formação Judiciária, a par da autonomia financeira como forma de responder as crescentes expectativas em relação à performance do centro e não menos importante, pelo facto de a ENA estar a reclamar a devolução do espaço onde atualmente funciona o centro.

Sr. Juliano Fernandes (GICJU) interrogou sobre a manutenção da modalidade de "Implementação Direta" do projecto (DIM) uma vez que o motivo anteriormente invocado, nomeadamente, o Golpe de Estado já não se coloca. Sugeriu a retorno a modalidade de implementação Nacional (NIM) de forma a imprimir uma maior dinâmica nas intervenções do projecto.

Em relação a sustentabilidade frisou que falharam várias tentativas de aprovação de um orçamento para os Centros de Acesso a Justiça e que desde o início do projecto o PNUD tem assumido todas as despesas, pelo que sugere mais ações da parte deste no sentido de sensibilizar o estado a assumir parte dos encargos.

Sr. Victorino Indequê (LGDH) Realçou a importância da parceria desenvolvida com os CAJ's que permitiu a LGDH potenciar as suas capacidades no terreno e solicitou a retoma da mesma ou a formação dos seus ativistas, com vista a continuação das ações levadas a cabo no âmbito do projecto.

Sr. Julinho da Silva (Ministério da Justiça) Falou da aprovação da nova lei administrativa dos oficiais de justiça e dos serviços de registo. Tendo em conta esta nova dinâmica, solicitou reforço de capacidades dos técnicos do ministério da justiça.

Sr. Gabriel Dava (PNUD) Em jeito de esclarecimento às diferentes questões levantadas voltou a reforçar o princípio de que toda a intervenção do projecto será orientada pelo Programa Nacional de Reforma e Modernização do Sector da Justiça e convidou os participantes a visitar as prioridades traçadas no referido documento.

Realçou a importância do reforço da coordenação entre os diferentes atores do sistema judicial, assim como, intersectorais de modo a encontrar estratégias conjuntas que permitam a resolução dos problemas.

Em relação às questões relacionadas com as infraestruturas esclareceu que o fundo do BAD é um fundo específico que contempla apenas o reforço de capacidades. No entanto, incentivou os parceiros a aproveitarem a vinda em Setembro de uma delegação do BAD para apresentarem as diferentes necessidades identificadas no sector.

Reforçou a importancia do envolvimento da LGDH e de outras ONG's nas ações do projecto e concordou que se deve refletir sobre a retoma dessas parcerias.

Relativamente a gestão de fundos, esclareceu que ela é condicionada pelo "HACT" que pressupõe a realização de uma avaliação ao nível das instituições de tutela como condição prévia para a transferência de fundos. No caso dos parceiros nacionais todos foram classificados como de alto risco. Continuou dizendo que muitas das vezes essa classificação reflete as fraquezas do próprio Estado e não do parceiro que efetivamente gere os fundos. No entanto, é possível refletir sobre as formas de ultrapassar esses obstáculos.

Sr. Kanil Lopes (PNUD) Confirmou a retoma da parceria com a LGDH para realizar campanhas de sensibilização nas regiões de Quinara e Tombali no âmbito do novo CAJ de Buba.

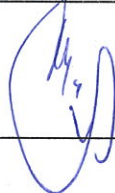
Não havendo mais assuntos, o Sr. Gabriel Dava, na qualidade de presidente deste Comité de Pilotagem do projeto deu por encerrada a reunião.

Assinaturas

Gabriel Dava

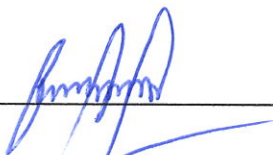


Vitorino Indequê



Julinho Braz da Silva

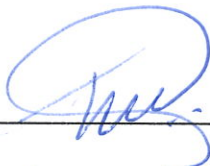
José Biaguê Badó



Fernando Jorge Ribeiro



Juliano Fernandes



Kanil Lopes

